



As ideias dentro do lugar: liberalismo, escravidão e cinismo

Ideas inside the place: liberalism, slavery and cynicism

Marcelo Burmann dos Santos¹

orcid.org/0000-0002-1070-3397
marceloburmann20@gmail.com

Recebido em: 24 jan. 2020.

Aprovado em: 27 mai. 2020.

Publicado em: 30 out. 2020.

Resumo: Os problemas que a escravidão engendrou no cotidiano do capitalismo dependente brasileiro ganham representação na ficção machadiana. Roberto Schwarz, na década de 70, publicou o ensaio "As ideias fora lugar", no qual o crítico procurou descrever aquilo que taxou de "comédia ideológica" nacional, que se caracterizaria pela importação, sem mediações, de ideias emanadas da Europa e dos EUA pelas oligarquias do País no Oitocentos. Essas ideias, supostamente, contrastavam com a realidade nacional, uma vez que, a exemplo do liberalismo e da escravidão, encontravam entraves com as forças produtivas brasileiras, gerando uma espécie de "cacoete ideológico", um "torcicolo cultural". O presente artigo abordou a peculiaridade com qual Machado de Assis plasmou a escravidão em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), a partir da estetização da violência proporcionada pelo metabolismo semicolonial da sociedade brasileira na perspectiva das elites nacionais, ironizadas pelo Bruxo do Cosme Velho. Considerou-se como metodologia de pesquisa o cotejo bibliográfico da fortuna crítica machadiana, das contribuições das teorias literárias e da sociologia, como John Gledson, György Lukács, Octavio Ianni etc. Os resultados do problema ora tratado, a peculiar figuração do liberalismo e da escravidão na obra de Machado, distanciaram-se, assim, das conclusões de Roberto Schwarz no artigo supracitado.

Palavras-chave: Machado de Assis. Escravidão. Liberalismo. Cinismo. Realismo.

Abstract: The problems that slavery engendered in the daily life of Brazilian dependent capitalism gain representation in Machado's fiction. Roberto Schwarz, in the 70s, published the essay "As ideias fora do lugar", in which the critic sought to describe what he called a national "ideological comedy", which would be characterized by the importation, without mediation, of ideas emanating from Europe and the USA by the country's oligarchies in the 1800s. These ideas, supposedly, contrasted with the national reality, since, like liberalism and slavery, they encountered obstacles with the Brazilian productive forces, generating a kind of "ideological cacoete", a "cultural torticollis". The present article addressed the peculiarity with which Machado de Assis portrayed slavery in *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), from the aestheticization of violence provided by the semicolonial metabolism of Brazilian society from the perspective of national elites, mocked by the Bruxo do Cosme Velho. Was considered as the research methodology the bibliographic comparison of Machado's critical fortune, contributions from literary theories and sociology, such as John Gledson, György Lukács, Octavio Ianni etc. The results of the problem now treated, the peculiar figuration of liberalism and slavery in Machado's work, thus distanced themselves from the conclusions of Roberto Schwarz in the aforementioned article.

Keywords: Machado de Assis. Slavery. Liberalism. Cynicism. Realism.

Introdução

Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) figura entre os casos singulares da literatura brasileira. Com pouca educação formal, mas munido de uma disciplina autodidata exemplar, Machado gozara do prestígio de escritor em vida, posteriormente imortalizado como um dos grandes cânones das letras nacionais.



¹ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil.

Machado escrevia incessantemente e contribuiu em diversos jornais, como o *Diário do Rio de Janeiro*, *O Espelho*, *Jornal das Famílias*, *Correio Mercantil*, *Paraíba*, *Futuro*, enquanto cronista, poeta, contista, crítico de arte, com uma incessante preocupação sobre a produção cultural do País. A crônica "O Folhetinista", publicada em 30 de outubro de 1859 em *O Espelho*, demonstra a preocupação do escritor diante do gênero que, então, populariza-se em nossas terras na metade do Oitocentos, o folhetim:

A cor nacional, em raríssimas exceções, tem tomado o folhetinista entre nós. *Escrever folhetim e ficar brasileiro* é na verdade difícil.

Entretanto, como todas as dificuldades se aplanam, ele [o folhetinista] podia bem tomar mais a cor local, mais feição americana. Faria assim menos mal à *independência do espírito nacional*, tão preso a essas imitações, a esses arremedos, a esse suicídio de originalidade e iniciativa (ASSIS, 1962, p. 36, grifo nosso).

Os embates a que se lançara Machado desde a juventude à maturidade sobre a produção artística do País revelam não só uma preocupação com a independência do nosso espírito, mas também a problemática que envolve a relação entre centro e periferia do capitalismo, ou nações coloniais e colonizadas. Nos "Comentários da Semana" de novembro de 1861, seção de crônica do *Diário do Rio de Janeiro* na qual Machado comentava os acontecimentos que tomavam o debate público, o autor de *Quincas Borba* é incisivo: "Dizem que somos colônia da Inglaterra; não sei se somos, mas é preciso provar que não" (ASSIS, 1962, p. 68).

Escrevia Machado, então, com a pena e a chancela da transição histórica de um País semicolonial e imperial sustentado pela força da mão de obra escrava à modernização da economia brasileira, cacoete de modernização que não logrou em modificar a estrutura econômica tradicional (colonial) de nossas terras, orientada à "produção intensiva de uns poucos gêneros destinados à exportação" (PRADO JR., 1994, p. 168), como o café. A larga produção de café, aliás, protagonizou o comércio brasileiro na segunda metade do século XIX, reforçou a dependência do País com aflusos de capitais estrangeiros, sobretudo da Inglaterra,

embora o panorama brasileiro passasse a se modificar, modernizando-se com estradas de ferro, indústrias, iluminação pública etc.

Somam-se, a essas forças modernizadoras da economia, as contradições engendradas pelo sistema escravocrata que, a partir da segunda metade do século, sofre abalos com as invectivas da Inglaterra ao comércio de negros no Atlântico, com pressões de outras nações contra esse tipo de barbárie e também com a adesão popular que, aos poucos, ganha força para o principal problema do trabalho no Brasil oitocentista.

As ideias liberais, que circulam no Brasil pós-independência até o início de 1860 não encontram o menor pudor com a vigência da ordem escravocrata no País. A ideologia liberal convivia pacificamente com o sistema escravista por parte das oligarquias e do Império brasileiros, aquilo que Schwarz, em *Ao vencedor, as batatas* (2000a), chamou de as "ideias fora do lugar", ou seja, ideias que não encontram a menor aplicabilidade à realidade brasileira – "o escravismo desmente as ideias liberais" (SCHWARZ, 2000a, p. 17) –, senão por um copioso cinismo, como veremos adiante em *Memórias Póstuma de Brás Cubas*.

No entanto, a partir da década da segunda metade do século XIX sobretudo com a Guerra do Paraguai, que, se teve o êxito da Tríplice Aliança na batalha, no Brasil, reacendeu o debate acerca do fim do sistema escravocrata. Nesse sentido, estão dados os primeiros passos para a dissolução do Império de Pedro II. O período da decadência do Império para a ascensão de uma ordem burguesa, no País, será marcado pela dialética da conservação e da ruptura, uma mistura de atraso com modernização, de velho com novo, preservação de estruturas tradicionais de produção com modernização do desenvolvimento do capitalismo dependente, marca da integração do Brasil à economia mundial.

Nesse sentido, o se "somos colônia da Inglaterra, é preciso provar que não", da crônica acima citada, pode-se ser traduzido, na obra machadiana, sobretudo a partir da publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em 1881, como uma ruptura com esquemas tradicionais

de produção artística, na medida em que figurará em seus romances a fidelidade com a “cor local”, enriquecida de contradições, atestando o efeito da complexidade dialética entre o escritor, a obra e a realidade do País. Nelson Werneck Sodré assim caracteriza esse processo:

[Se a vida de Machado] acompanha todo o desenvolvimento de uma das fases mais movimentadas e mais ricas da história brasileira e se, do ponto de vista literário, conhecerá todas as etapas que pode um escritor percorrer naquela fase, vindo da tipografia à Academia – a sua obra refletirá também, com uma clareza e com uma fidelidade absolutas, tudo aquilo que movimentou e que enriqueceu a fase a que assistiu e de que se tornaria uma das grandes testemunhas. Custa crer, nesse sentido, que o tenham acusado de omissos, de esquivo, de demissionário, e que a acusação tenha resistido tanto, pois não houve ainda exemplo de participação íntima da literatura com a vida como aquela que, em sua obra, Machado de Assis realizou (SODRÉ, 1976, p. 499).

A figuração do processo social na obra de Machado de Assis revela a essência e o fundamento das formas sociais objetivas, expressas como relações de classe entre pessoas (COTRIM, 2016). Machado é implacável com o tratamento dado aos destinos individuais de seus personagens. A crítica ácida, sagaz e humorada do autor, em matéria de narrativa, parece-nos dizer: nada do que aqui se narra merece ser levado a sério; o drama da civilização burguesa brasileira é ela mesma uma comédia. De outro modo, parafraseando Sodré (1976), a narrativa machadiana é uma coletânea de vulgaridades.

Essa configuração, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, chama-nos a atenção desde os primeiros capítulos do romance, a contar com o pessimismo da dedicatória da obra em forma de epitáfio, “ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver”, com a inversão dos temas com os quais Brás empreenderá sua narrativa: desbaratado o leitor, frívolo ou sério, Brás nos conta sua vida pela morte, trocando o berço pela campa².

Vida e morte, nascimento e fim, tradição e novidade são termos antagônicos justapostos com

os quais a narrativa de Brás ganha lume. Assim, por exemplo, o defunto autor – despedido de seu corpo em uma tarde de sexta-feira de agosto de 1869, melancólica e garoadá – dá o testemunho de seu enterro, acompanhado por onze amigos:

Onze amigos! Verdade é que não houve cartas nem anúncios. Acresce que chovia – peneirava – uma chuvinha miúda, triste e constante, tão constante e tão triste, que levou um daqueles fiéis da última hora intercalar esta engenhosa ideia no discurso que proferiu à beira de minha cova: “Vós, que conhecestes, meus senhores, vós podeis dizer comigo que a natureza parece estar chorando a perda irreparável de um dos mais belos caracteres que têm honrado a humanidade. Este ar sombrio, estas gotas do céu, aquelas nuvens escuras que cobrem o azul como um crepe funéreo, tudo isso é dor crua e má que lhe rói à natureza as mais íntimas entranhas; tudo isso é um sublime louvor ao nosso ilustre finado” (ASSIS, 2010, p. 21).

A despeito da vida solitária que levava nos últimos dias de existência na chácara do Catumbi, dos poucos amigos que lhe velaram o corpo, do discurso fúnebre empolado diante da cova, da descrição da cena, em princípio, melancólica, tudo isso a Brás parece ser uma nota de autoironia, com a qual, se não há piedade nem sobre si, que dirá do outro: “Bom e fiel amigo! Não, não me arrependo das vinte apólices que lhe deixei” (ASSIS, 2010, p. 22).

Aqui se apresenta, inicialmente, um dos grandes motes da narrativa das *Memórias*. Trata-se do princípio formal da prosa, aquilo que Schwarz (2000b) caracteriza como *volubilidade do narrador* ou *narrador volúvel*. Nesse sentido, coloca-se a pergunta, a princípio ingênua: por que um morto fala? Ou melhor, por que escreve?

A morte demarca dois momentos na narração. O primeiro se trata da sincronia atestada pela verossimilhança de um morto tagarela. Colocando-se nessa postura, Brás detém a última palavra do romance. Assim, despede-se de todo compromisso moral, de qualquer normativa ou prerrogativa social, vulgarizando personagens, inclusive a si próprio e também o leitor. O segundo momento diz respeito ao aspecto diacrônico,

² Movimento inverso ao que realizou Laurence Sterne (autor com o qual Brás se colocará à altura no prólogo do livro) em *A vida e as opiniões do cavalheiro Tristram Shandy*, cuja narrativa inicia-se pela concepção de Tristram Shandy ao mundo. Sérgio Paulo Rouanet esboçou e retratou a *forma shanadiana* em romances de Machado de Assis em seu *Riso e Melancolia* (2007).

com qual a narrativa das *Memórias* possui um ritmo binário com encadeamento de quaisquer elementos, como o quiasmo da chuva fina e o discurso engenhoso do enterro de Brás.

Em seu ensaio de 1938, "Marx e o problema da decadência ideológica", Lukács (2010) tece considerações atinentes ao papel da morte representada nos romances da segunda metade do século XIX, cuja figuração torna-se imprescindível para nossos fins analítico sobre as *Memórias*. Lukács, no ensaio, aponta três maneiras de plasmação artística sobre o papel da morte, a saber: pelo viés naturalista, idealista subjetivo e, ao gosto da construção estética do filósofo húngaro, realista. Nas primeiras configurações, há uma deformação daquilo que se representa, a realidade. Ou seja, deforma-se o mundo próprio do humano: a morte, no naturalismo, aparece como inevitável determinação orgânica, que provoca temor ao animal humano; no idealismo subjetivista, a representação da morte vê-se cercada pela circularidade dos "problemas eternos da vida humana" (LUKÁCS, 2010), distantes do processo social, uma fuga da história. Por outro lado, é com o realismo que a morte se configura como problema das relações sociais, dos problemas e dos nexos interpessoais, de onde Lukács (2010, p. 89) conclui, a respeito da obra de Tolstói, que "Quanto mais plena de sentido, quanto mais harmoniosamente ligada a uma existência humana e social for a vida, tão menos terrível é a morte".

Em relação às *Memórias*, a morte configura-se como um passaporte para representar e retratar não só a comédia das relações interpessoais da vida carioca, mas também a tragédia da vida social brasileira, afinal, "Mais que afirmar o outro mundo, Brás quer destratar o nosso, que é dele também, isso para infringir-nos na sua impertinência" (SCHWARZ, 2000b, p. 19).

Roberto Schwarz argumenta, em *Um mestre na periferia do capitalismo*: Machado de Assis (2000b), que a estrutura narrativa das *Memórias* envolve uma problemática maior, consoante à estrutura da sociedade brasileira. A partir do *ethos* do narrador do romance, é possível distinguir pelo menos três padrões na narrativa, a saber:

uma narração realista, encadeada aos episódios da vida de Brás em contraste com os ideais da burguesia oitocentista; uma intercalação de episódios expressada com a ruptura de um tema a outro, marca da arbitrariedade do narrador; por fim, a imersão de um novo episódio em cena, pela perspectiva realista. Tem-se, portanto, um padrão de versatilidade com os temas tratados pelo defunto autor, no qual

Os condicionantes práticos da ação, que dão caráter realista ao episódio, ficam relegados e inaproveitados, quer dizer, sem desaguar na continuidade manifesta do movimento. Contudo, com a repetição do ciclo a relação entre essencial e inessencial se inverte, sem que se possa assinalar o momento preciso da inversão (SCHWARZ, 2000b, p. 82).

Com isso, o *ethos* de Brás revela uma regra de composição da narrativa e uma estilização de uma conduta própria às classes dominantes brasileiras. A versatilidade do defunto narrador, quando não reduz tudo a pó, a nada, lança mão de situações e cenas que, se à primeira vista merecem considerações pelo tom sério com que a matéria narrada recebe tratamento, em seguida, são contracenadas e ridicularizadas.

O movimento pendular das *Memórias*, marca de sua volubilidade, associa-se à "busca de uma 'supremacia qualquer', onde 'qualquer' desqualifica as supremacias todas a que se possa referir" (SCHWARZ, 2000b, p. 65). Aqui está a chave de leitura do cinismo de Brás Cubas, a par de toda a sua retórica mirabolante. O fundamento do seu cinismo testemunha a impotência do *ethos* burguês, classe à qual pertenceu. A seguir, trataremos essa problemática em uma passagem do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

1 Liberalismo, escravidão e cinismo

É inegável que o mérito de Gledson (1991), em relação ao acúmulo da crítica literária machadiana, está em trazer o homem Machado de Assis de volta ao terreno da semiótica autor-texto-leitor. Com essa atitude, Gledson não quer tratar a obra machadiana com uma leitura psicologizante ou biografizante, com reservas à crítica de base puramente racial, de classe, de escolaridade, que

veem na obra de Machado o reflexo do recalque de sua infância, como o fez Lúcia Miguel Pereira em sua clássica biografia sobre nosso autor, *Machado de Assis: estudos críticos e biográficos*, na década de 30 do século passado. Tal qual o fez Jean Michel-Massa, em seu arguto *A Juventude de Machado de Assis* (1971), Gledson propõe uma leitura dos romances de Machado sem excluir o pensador atento aos caminhos e descaminhos do Brasil de e em suas obras.

Gledson (1991) caracteriza o narrador machadiano como "narrador enganoso". Essa técnica narrativa sobressai-se, sobretudo, com Aires, Dom Casmurro, Brás Cubas, cujo foco narrativo encontra-se em primeira pessoa do discurso. O narrador enganoso, na conformação da estrutura dos romances, é aquele que alicia os leitores a um ponto de vista típico das concepções sobre as práticas sociais das elites do País, para as quais, enquanto leitores, não nos falta cumplicidade. Assim, vê-se que, nesta composição machadiana dos célebres romances, existe uma continuidade estilística de figuração das condutas próprias às oligarquias nacionais do Oitocentos (SCHWARZ, 2000b).

A caracterização dada por Gledson aos narradores do nosso autor permite ao crítico resgatar um tabu na crítica literária: a intencionalidade do autor. Para Gledson (1991), os narradores de Machado de Assis são concebidos intencionalmente para agradar os leitores, aliciando-os a compartilhar de um ponto de vista propriamente de classe. Assim, vejam-se as digressões de Brás ensejando filosofias desbaratadas no percurso de suas confissões. Aparentemente, esse procedimento pode indicar um capricho do narrador proveniente, talvez, do tédio de seu lugar de morto. Todavia, relacionando-o à macroestrutura social e textual, encontra-se na *filosofia qualquer* de Brás a expressão da decadência ideológica das elites nacionais.

No capítulo XI, "O menino é o pai do homem", a protagonista do romance inicia a narração comparando sua criação a gatos e a magnólias. Esta comparação, contudo, remete ao processo, com aparências de naturalidade, do desenvolvimento do infante Brás, que revela uma problemática nacional. Vejamos:

Desde os cinco anos merecera eu a alcunha de "menino diabo"; e verdadeiramente não era outra coisa; fui dos mais malignos do meu tempo, arguto, indiscreto, traquinas e voluntarioso. Por exemplo, um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher de doce de coco que estava fazendo, e, não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce "por pirraça"; e eu tinha apenas seis anos. Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia — algumas vezes gemendo —, mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um "ai, nhonhô", ao que retorquia: "Cala a boca, besta!" (ASSIS, 2010, p. 47).

Não é acidental que, dentre a intercalação de narrativas episódicas e sintéticas, típicas da estrutura das *Memórias*, o capítulo sobre a educação de Brás ocupe um plano central e extenso em relação a outras passagens do romance, sobre os fios do enredo que serão tecidos pelas confissões do narrador. Nem é circunstancial, além disso, que essa educação é inicialmente ilustrada pelo sadismo peculiar proporcionado pelo metabolismo semi-colonial da sociedade, patriarcal e escravocrata.

O mote que dá nome ao capítulo também revela a complexidade das condutas e dos psiquismos estilizados das elites, ainda que recalçados, não fosse o cinismo com qual o narrador retrata esta matéria: "Outrossim, afeiçoei-me à contemplação da injustiça humana, inclinei-me a *atenuá-la, a explicá-la, a classificá-la por partes, a entendê-la, não segundo um padrão rígido, mas ao sabor das circunstâncias e lugares*" (ASSIS, 2010, p. 48, grifo nosso). O método empregado pelo narrador, nessas orações encadeadas e enfatizadas por nós, é digno de uma nota cínica de Brás alegada, como ele mesmo admite, ao sabor das circunstâncias e lugares, à procura de uma supremacia qualquer, marca da volubilidade das confissões do narrador (SCHWARZ, 2000b).

Em *Memórias Póstumas*, em uma outra circunstância, no capítulo LXVIII, "O vergalho", há uma célebre passagem do mesmo Prudêncio, agora alforriado, açoitando outro negro. Muita ênfase se dá a essa passagem do romance de Brás, que flagelava Prudêncio na infância, investindo-o com

"Cala a boca, besta!" — síntese da objetificação fetichista proporcionada pelo estatuto da escravidão. Todavia, o que importa nessa cena de Prudêncio é o que menos se mostra na narração, isto é, fora da ótica miope e classista de Brás. Cabe a pergunta: em que medida se constrói uma sociedade que proporciona uma cena de espancamento público de outro ser humano, que Machado configura no romance com tanta peculiaridade?

Nesse caso, é evidente que o espetáculo do Valongo diz respeito a uma problemática maior: a relação da escravidão com a violência que ela engendra no cotidiano brasileiro, especialmente infligindo à população negra, sem a menor falta de escrúpulo e escândalo por parte das elites nacionais, bitoladas por ideias liberais, mas tendo nas mãos a marca do colonialismo e de suas instituições escravocratas.

Aqui, é mister lembrar as palavras de John Gledson (1986) quando diz que Brás Cubas é o Brasil representado por um indivíduo na perspectiva de sua classe oligárquica: "Embora, à sua maneira, Brás Cubas seja também o *Brasil*, ele é ainda representante de uma classe (a oligarquia dirigente), e é representativo em sentido amplo, na medida apenas em que está morto" (GLEDSON, 1986, p. 71, grifo nosso).

Essa tipificação das elites nacionais, de fato, fora uma preocupação da produção literária da obra de Machado, prefigurada com ironia própria do autor, a arma de sua crítica. Em crônica publicada no dia 19 de maio de 1888, seis dias após a Lei Imperial n.º 3.353, a Lei Áurea, ser sancionada, escrevia Machado de Assis para o jornal *Gazeta de Notícias*, na série "Bons Dias!": A crônica ironiza o gesto de garantia de liberdades formais a seres humanos cuja humanidade lhes fora negada historicamente no desenvolvimento do capitalismo à brasileira.

Essa crônica, narrada em primeira pessoa, ilustra a arrogância das elites nacionais disfarçada de

filantropia. O narrador sugere uma benfeitoria ao adiantar-se no tempo, em relação à lei assinada pela princesa Isabel, concedendo liberdade para Pancrácio, seu jovem escravo. Essa liberdade concedida é acompanhada por um cortejo, um arguto banquete para poucas pessoas próximas à protagonista, no qual o narrador concederia a carta de alforria ao escravo.

A crônica, para além de dar forma ao narcisismo da protagonista, engendra um procedimento similar adotado por nosso autor nas *Memórias*: a solução machadiana de colocar a nu — guardadas as devidas especificidades dos gêneros em questão (romance e crônica) — a maneira de conceber as relações sociais a partir da figuração de personagens que refletem os caracteres estruturais da sociedade brasileira oitocentista, com cariz eminentemente cínico e sádico:

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo *impulso natural*, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor, eram dois estados naturais, quase divinos.

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe *besta* quando não lhe chamo de diabo; cousas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre (ASSIS, 1888, p. 2, grifo nosso).

A crônica joga luz à farsa da abolição,³ que em nada modificou a integração do negro à sociedade de classe em plena expansão na segunda metade do século XIX no País. Tudo o mais é narrado sem o mínimo de escrúpulo por parte do narrador, com aparência de naturalidade, como ele mesmo nos alude, justificada senão pelo exuberante cinismo que acompanha a narração pelo olhar da protagonista com a benção da fé cristã.

Roberto Schwarz, na década de 70, publicou aquele se tornaria um famoso ensaio, intitulado "As

³ Machado ironiza as próprias medidas paliativas, retardatárias e nada democráticas adotadas pelas oligarquias em relação ao principal problema do trabalho no Brasil, a escravidão. A configuração de Pancrácio como um jovem escravo nos remete, de imediato, à Lei do Ventre Livre, promulgada, em 1871, também pela princesa regente, Isabel. Essa lei estabeleceu que todos os filhos de negras escravizadas, a partir da altura daqueles anos, tonar-se-iam livres. Ela, contudo, correspondia aos anseios e às agitações políticas em torno do problema da escravidão no País, além de expressar os conflitos de interesse entre as oligarquias agrárias e as elites industriais em ascensão no Brasil. Ou seja, a Lei do Ventre Livre não passava de uma medida paliativa, como Machado magistralmente ironiza nessa crônica.

ideias fora lugar", que posteriormente fará parte da coletânea *Ao vencedor as batatas* (2000a), no qual o crítico procurou descrever aquilo que taxou de "comédia ideológica" nacional. Essa comédia se caracterizaria pela importação, sem mediações, de ideias emanadas da Europa, sobretudo da Inglaterra e da França, mas também dos EUA, pelas oligarquias do País no século XIX. Schwarz, no ensaio, lembra as palavras do grande sociólogo Sérgio Buarque de Holanda, que darão verniz à crítica das "ideias fora do lugar": "Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão de mundo e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, *somos uns desterrados em nossa terra*" (HOLANDA, 1956, p. 96 apud SCHWARZ, 2000a, p. 13, grifo nosso). Naturalmente, a imagem de sermos "desterrados em nossa terra" alude a um paradoxo da identidade nacional e latino-americana,⁴ só compreendido pela composição do capitalismo periférico na América Latina, a saber, agrário e escravocrata – a imagem do atraso diante das moderníssimas instituições burguesas.

As ideias que pulularam em cabeças de intelectuais e estadistas europeus e norte-americanos, conseqüente e copiosamente, chocar-se-iam, para Schwarz (2000a), com as rígidas estruturas coloniais do metabolismo do capital no Brasil. Inclusive, esse contraste se fazia presente no plano prático de extração de riqueza social:

Sendo uma propriedade, um escravo pode ser vendido, mas não despedido. O trabalhador livre, nesse ponto, dá mais liberdade a seu patrão, além de imobilizar menos capital. Este aspecto — um entre muitos — indica o limite que a escravatura opunha à *racionalização produtiva* (SCHWARZ, p. 14, 2000a, grifo nosso).

Equacionado o problema que impede o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, a escravidão, resta o freio ao progresso da "racionalização produtiva". Dessa forma, as ideias liberais que circulavam no País permaneciam sem propósito, uma vez que foram decalcadas

de seus respectivos nichos de ascensão burguesa nos países centrais do capitalismo incipiente: "Por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das ideias⁵ liberais [...] Sendo embora nexos produtivos fundamentais, a escravidão não era nexos efetivos da vida ideológica" (SCHWARZ, 2000a, p. 15). Por sua vez, Erminia Viotti da Costa (1999, p. 30) argumenta que:

Se havia barreiras de ordem material à difusão das ideias ilustradas (analfabetismo, marginalização do povo da vida política, deficiência dos meios de comunicação), o maior entrave advinha, no entanto, da própria essência dessas ideias, incompatíveis, sob muitos aspectos, com a realidade brasileira. Na Europa, o liberalismo era uma ideologia burguesa voltada contra as Instituições do Antigo Regime, os excessos do poder real, os privilégios da nobreza, os entraves do feudalismo ao desenvolvimento da economia. No Brasil, as ideias liberais teriam um significado mais restrito, não se apoiariam nas mesmas bases sociais, nem teriam exatamente a mesma função. Os princípios liberais não se forjaram, no Brasil, na luta da burguesia contra os privilégios da aristocracia e da realeza. Foram importados da Europa. Não existia no Brasil da época uma burguesia dinâmica e ativa que pudesse servir de suporte a essas ideias. Os adeptos das ideias liberais pertenciam às categorias rurais e sua clientela. As camadas senhoriais empenhadas em conquistar e garantir a liberdade de comércio e a autonomia administrativa e judiciária não estavam, no entanto, dispostas a renunciar ao latifúndio e à propriedade escrava. A escravidão constituiria o limite do liberalismo no Brasil.

A crítica realizada à repercussão e à apropriação das ideias liberais no Brasil, conforme Emília Viotti da Costa deixa nitido na passagem acima e também Roberto Schwarz (2000a) no ensaio supracitado, carece de uma leitura dialética acerca do processo de internacionalização capitalista, bem como da classe social que o administra, a burguesia. O desafio de descrever a particularidade das oligarquias nacionais na Era das Revoluções parece ignorar a história real por trás das ideias liberais, atinente a uma leitura da totalidade capitalista.

Não é verdade que a escravidão seja um limite do e ao liberalismo que se circunscreve somente à história nacional. A história do colonialismo, a

⁴ Jorge Luis Borges se dizia europeu por acidente de percurso histórico: "Eu sou um europeu nascido no exílio" (apud PERRONE-MOISÉS, 1997). Cf. PERRONE-MOISÉS, Leyla. Paradoxos do nacionalismo na América Latina. *Estudos Avançados*, IEA, USP, v. 2, n. 30, p. 245-259, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=So103-40141997000200015&script=sci_arttext. Acesso em: 2 mai. 2019.

⁵ Optamos por manter a ortografia original da citação retirada do texto, anterior ao Acordo Ortográfico de 2009, uma vez que este passou a não admitir acento agudo em ditongos abertos. Essa mesma atitude adotamos em toda citação presente neste texto anterior ao Acordo.

história moderna, de maneira geral, demonstra que essa dissonância entre liberalismo, de um lado — quer dizer, na cabeça e na boca dos donos do poder —, e escravidão, de outro — como um suposto resquício superado pelo progresso capitalista —, não passa de uma ideologia no sentido marxiano do termo, isto é, um falseamento e uma mistificação das efetivas relações sociais que conduzem o poder, expressão de ideias das classes hegemônicas em um determinado período histórico (MARX; ENGELS, 2009).

A título de exemplo do cinismo latente ao liberalismo, veja-se a história dos Federalistas dos EUA que proclamam, ao final do século XVIII, a Constituição Americana, que louva a liberdade individual tanto quanto seus membros fundadores clamam pelo *direito* de escravizar negros, como George Washington, James Madison e Thomas Jefferson, todos eles proprietários de escravos.⁶

No entanto, vale destacar a particularidade, que também não se restringe apenas ao caso colonial brasileiro, do caráter reacionário das elites revolucionárias do País com Ermília Viotti da Costa, em relação aos processos revolucionários que estão na base da constituição da modernidade, sem os quais seria impossível romper com o jugo colonial da escravidão:

Em todos os movimentos revolucionários levantou-se o problema da escravidão [...] O comportamento dos revolucionários, com exceção de poucos, era frequentemente elitista, racista e escravocrata. Já por ocasião da inconfidência discutira-se a possibilidade de um levante de escravos, a se temer num país em que o número de homens pretos, livres e escravos superava em muito o dos brancos [...] O horror às multidões e o receio de um levante de negros levariam essas elites a repelir as formas mais democráticas de governo e a temer qualquer mobilização de massa, encarnando com simpatia a idéia de conquistar a Independência com a ajuda do príncipe regente (COSTA, 1999, p. 31).

Na convivência harmoniosa entre liberalismo e escravidão — amparada por uma falsa consciência cínica, como estamos pontuando aqui —,

vê-se que este é o aspecto pouco comentado sobre a história do liberalismo.

A Independência política e econômica que se estabeleceu no Brasil ao longo do desenvolvimento do Oitocentos atendeu suficientemente os interesses das oligarquias agrárias no País, com cariz eminentemente liberal aqui e ali. Ela não mexeu, no entanto, nas estruturas de produção e reprodução da vida colonial. O Estatuto Colonial permanecera o mesmo: era garantido o direito de propriedade, de escravidão; a população, composta em sua maior parte por mestiços, índios e negros, permanecera alijada dos conflitos entre as classes dirigentes do País e de Portugal. A primeira Constituição do Brasil manteve intactas as liberdades individuais, com o agravamento, porém, de que a justiça permanecia nas mãos dos grandes proprietários:

Aboliram-se as torturas, mas nas senzalas continuava-se a usar troncos, os anginhos, os açoites, as gargalheiras, e o senhor decidia da vida e da morte dos seus escravos. Reconhecia-se o direito de todos serem admitidos aos cargos públicos sem outra diferença que não fosse a de seus talentos e virtudes, mas o critério de amizade e compadrio, típico do sistema de clientela vigente, prevaleceria nas nomeações para os cargos burocráticos.

A elite de letrados, falando em nome das categorias socialmente dominantes, seria a porta-voz de uma ideologia liberal que mascarava as contradições do sistema (COSTA, 1999, p. 59).

Permaneciam, na nação Independente, portanto, as mesmas lógicas das instituições coloniais, com o típico patriarcado nacional, a escravidão, o sistema de clientela e patronagem, embasados por uma economia eminentemente de remessa de ativos para o exterior e importação de mercadorias — cuja dependência econômica passa do jugo colonial português para o inglês (COSTA, 1999).

A decadência ideológica das elites coloniais se expressa, nesse sentido, de uma maneira peculiar em relação às burguesias europeias. Por aqui, antes mesmo de haver uma revolução nos termos clássicos, existia uma contrarrevolução permanente, uma vez que as experiências das

⁶ Domenico Losurdo aborda as controvérsias do liberalismo em *Contra-história do liberalismo* (2006, Ideias e Letras), no qual aprofunda a problemática da liberdade atrelada às ideologias liberais de ascensão das classes burguesas nos centros do capitalismo, amparadas pelo colonialismo. Losurdo colhe muitos exemplos com essa contra-história do liberalismo ocidental, os quais não nos cabem abordar neste artigo. Cf. LOSURDO, Domenico. *O Marxismo Ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer*. São Paulo: Boitempo, 2018.

Revoluções Francesa e Haitiana atemorizaram os dirigentes do País, que “desconfiavam tanto do absolutismo monárquico quanto dos levantes populares revolucionários e estavam decididos a restringir o poder do imperador e a manter o povo sob controle” (COSTA, 1999, p. 132).

Na primeira Constituição do País, estava nítido o caráter nada democrático das oligarquias nacionais. Para Ermínia Viotti da Costa (1999, p. 142), “ficaram excluídos do conceito de cidadão escravos, índios e mulheres”. O sistema eleitoral do Brasil ficou circunscrito a um número reduzido de homens brancos com posse ao longo de quase todo o século XIX. Com esse número reduzido de políticos, Ermínia Viotti assegura que era facilmente manipulada a política. Assim, “A política era mais um produto de alianças ou rivalidades familiares do que de ideologia” (COSTA, 1999, p. 143), altercando-se interesses entre essas facções liberais e demais membros das elites brasileiras, cujo “alvo sempre fora conciliar ordem com progresso, o *status quo* com a modernização” (COSTA, 1999, p. 166).

Com isso, as “ideias fora do lugar” de Schwarz também merecem ser ajustadas. Não é possível conceber a noção de que as ideias importadas da Europa cumpriam função meramente de etiqueta de uma elite que não se reconhece como povo brasileiro, apartada dos conflitos e interesses materiais das oligarquias brasileiras no Oitocentos. Ermínia Viotti da Costa reconheceu essa limitação das “ideias fora do lugar”, quando analisou o mito da democracia racial no Brasil, emanado desde a década de 70 do século XIX, que encontrou um ambiente intelectual fértil ao longo do século XX:

Quando olhamos mais de perto o que esses intelectuais faziam com as idéias raciais européias, torna-se claro que eles não eram passivos receptores de idéias produzidas no exterior, meras vítimas da mentalidade colonial que procuravam ver sua realidade através de idéias vindas do estrangeiro. Seria mais correto dizer que eles viam aquelas idéias através de sua realidade. A elite branca brasileira já tinha em sua própria sociedade os elementos necessários para forjar sua ideologia racial. Tinha aprendido, desde o período colonial, a ver os negros como inferiores. Tinha também aprendido a abrir exceções para alguns *individuos* negros e mulatos. Qualquer europeu ou americano que postulasse a superioridade branca seria necessariamente bem recebido. Ele traria a

autoridade e prestígio de uma cultura superior para idéias existentes no Brasil. Os brasileiros teriam apenas de fazer alguns ajustes. E o fizeram (COSTA, 1999, p. 373, grifo da autora).

Considerando o caráter das oligarquias nacionais que descrevemos acima, isto é, antide-mocrático e antipovo, em outras palavras, conformista em relação às estruturas econômicas, vê-se que as adoções de ideias liberais deram lupa para que as elites do País congregassem dependência econômica do capital nacional ao estrangeiro, escravidão e relativa autonomia política ao Império instaurado pós-Independência do País a Portugal. Dessa forma, essas elites ajustaram ideias liberais dos principais centros capitalistas à realidade do Brasil do Oitocentos de acordo com seus interesses.

De volta a John Gledson (1986), poderíamos colocar em cheque a perspectiva das limitações de classe que envolve Brás Cubas, sua condição de defunto tagarela e ambição realista de Machado, como propõe o autor (1986, p. 110-111, grifo nosso):

Os dois romances anteriores *la Quincas Borba*, respectivamente, *Brás Cubas* e *Casa Velha* revelam forte ambição realista que considero central na ficção de Machado, mas o tipo de realidade com que lidam, condicionada por seu lugar na História, impõe ao escritor problemas bem diferentes. Em *Brás Cubas*, tudo pode ser contido dentro da — mutável — consciência de um típico membro da próspera oligarquia carioca. Às vezes é preciso fazer ajustes, como nas ocasiões em que Machado *deseja que Brás fale sobre assuntos (escravatura, por exemplo, corrupção política) que, muito provavelmente, ele não teria capacidade de tratar, realísticamente, nem mesmo com a suposta tranquilidade dos mortos.*

Nesse sentido, é-nos permitido discordar do grande crítico literário, uma vez que, como vimos, o cinismo constitui uma visão própria das elites nacionais diante das relações de poder, produção e reprodução do metabolismo da sociedade brasileira, do capitalismo periférico. Não que Brás preocupe-se em explanar as causas e consequências da escravidão no País, mas, antes, que o narrador busque justificá-la, com singular fetiche sádico que ela proporciona às oligarquias cariocas, com teorias e filosofias estapafúrdias e mesquinhas.

Octavio Ianni, em seu estudo sobre a popula-

ção negra em Curitiba da transição da sociedade de castas à de classe, intitulado *As metamorfoses do escravo* (1962), formula uma tese de especial interesse para o caso que estamos analisando em Brás Cubas, as várias faces do racismo em perspectiva posta pelo narrador. Essa tese assegura que, com a desagregação do regime servil no País, houve a necessidade de engendrar uma nova categoria para o escravo. Daquele tipo de função proporcionada pelo trabalho escravo nos pilares do colonialismo a uma sociedade de classe incipiente, o escravo tornou-se *negro e mulato*:

É inegável que a escravatura somente se encerra ao transformar o cativo em negro e mulato; ou melhor, a liquidação do regime implica, ao mesmo tempo, na criação de categorias sociais novas. À medida que as transformações econômicas e sociais expandem e diversificam a estrutura da comunidade, o negro e o mulato vão sendo progressivamente gerados, como categorias do regime de classes em formação. A lenta e contínua elaboração deles dá-se com a paulatina germinação do regime de trabalho livre, onde as pessoas não serão conhecidas apenas pela posição que ocupam na sociedade, ou pelo *status* que ocupam no sistema produtivo, mas também pela cor, assim como às vezes se distinguem pela religião, pela nacionalidade originária etc. (IANNI, 1962, p. 13-14).

Dessa forma, de volta ao episódio do Valongo, ainda que, no conjunto do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Prudêncio possa aparecer como personagem secundária, esse episódio proporciona uma tipicidade com a situação brasileira que Machado realisticamente plasma na obra. À primeira vista, esse episódio, a partir da ótica míope de Brás, apresenta-nos uma réplica da infância do narrador, o episódio no qual transforma Prudêncio em um completo animal. No capítulo LXVIII, Prudêncio reproduz as mesmas aflições que sofrera do infante Brás, mas em seu escravo.

Machado captou uma problemática nacional com tanta tipicidade que sua obra retrata a própria transição do trabalho servil, que deixa marcas na sociedade que se constitui com "trabalho livre". Nesse caso, Prudêncio aparece como negro que fustiga um outro negro, mas escravo. Enquanto escravo, Prudêncio não passa daquilo que esse tipo de metabolismo de trabalho proporciona, o rebaixamento da humanidade a nível de coi-

sificação em grau elevado, a negação total da humanidade no homem; como homem livre, comporta-se como seu antigo senhor. Daí a sagacidade de Machado ao situar a dicotomia entre trabalho cativo e livre e as marcas na complexidade psíquica do negro.

Não à toa, neste episódio do romance, Brás veste as vezes de personagem em segundo plano. Machado, com esse procedimento narrativo, conseguiu engendrar uma situação especular: no momento em que Brás aparece como espectador de um espancamento de um escravo por um negro, remete-se à infância, como se aquele comportamento de Prudêncio espelhasse a si próprio, infante, tornando-se o narrador defunto espectador e protagonista de si ao mesmo tempo.

Curiosamente, isso causa mal-estar algum a Brás. Pelo contrário, no capítulo seguinte, "Um grão de sandice" (cap. LXIX), aciona o mesmo procedimento narrativo diante de cenas comuns como aquela no romance. Passa, assim, a realizar digressões filosóficas e estilísticas como modelo de justificação das injustiças sociais. Ou seja, Brás decididamente lança mão de teóricas mirabolantes para desviar a atenção do leitor, aliciando-o a um ponto de vista de classe estrito, que naturaliza os processos sociais que assumem forma na realidade nacional. Brás, portanto, ciniicamente tece o fio da narrativa com volubilidade para desviar o foco das problemáticas do País:

Este caso faz-me lembrar um doido que conheci. Chamava-se Romualdo e dizia ser Tamerlão. Era a sua grande e única mania, e tinha uma curiosa maneira de a explicar.

- Eu sou o ilustre Tamerlão - dizia ele. - Outrora fui Romualdo, mas adoeci, e tomei tanto tártaro, tanto tártaro, tanto tártaro, que fiquei tártaro, e até rei dos tártaros. O tártaro tem a virtude de fazer tártaros.

Pobre Romualdo! A gente ria da resposta, mas é provável que o leitor não se ria, e com razão; eu não lhe acho graça nenhuma. Ouvida, tinha algum chiste; mas assim contada, no papel, e a propósito de um vergalho recebido e transferido, força é confessar que é muito melhor voltar à casinha da Gamboa; deixemos os Romualdos e os Prudências (ASSIS, 2010, p. 173).

Nesse sucinto capítulo, o grau de estilização de conduta de classe, que incide sobre a forma

do romance (SCHWARZ, 2000b), assume o paroxismo. Para além das muitas acepções que a palavra *tártaro* possui, há uma estilização na declaração de Romualdo com a fixação por esta palavra, proferida sete vezes, esquematicamente assim: *tan-to tár-ta-ro/ tan-to tár-ta-ro/ tan-to tár-ta-aro/ tár-ta-ro/ tár-ta-ros/ tár-ta-ro/ tár-ta-ros*.

A alternância entre troqueus e dátilos de *tanto* e *tártaro*, seguida pelo martelo contínuo de ritmos tônicos e átonos proporcionado por essas palavras alternando-se em apenas quantidade singular/plural nesse esquema, somada ao recurso da aliteração e da assonância, *O tártaro tem a virtude de fazer tártaros*, revela uma poetização da violência proporcionada pela estrutura escravocrata oitocentista vista pela ótica ultraconformista do narrador. Soma-se a essa poetização o paralelismo semântico entre as palavras *Romualdo* e *Tamerlão*,⁷ que denotam estrutura hierárquica de poder.

Com essa anedota de Romualdo, tecida pelo fio das memórias do defunto narrador, é possível enxergar o conformismo com as estruturas econômicas sobre as quais ocorre a trama das relações sociais, os destinos humanos, neste caso, o problema da escravidão: a incessante repetição do fonema /t/, marca do metro de *tanto* e *tártaro* em ritmo de alternância entre sílaba tônica e átona, uma memória aparentemente fugaz sobre um doido que se dizia rei é o índice das chicotadas que Brás desferia em Prudêncio na infância e das chibatadas que este desferia em um escravo no Valongo. Prudêncio reproduz a mesma lógica da escravidão, que tanto lhe infligiu quando infante, em outro negro escravizado.

Conforme John Gledson (1986) salientou, a escravidão e, com ela, o racismo encontram-se tão bem conformados na sociedade brasileira do século XIX que dão forma à psique dos seres humanos, consciente ou inconscientemente. Para Prudêncio, de maneira inconsciente; para Brás, por outro lado, cinicamente, como mais um episódio fugaz do cotidiano brasileiro de sua época.

Referências

- ASSIS, Machado. *Crônicas (1859-1863)*. São Paulo: Mérito, 1962. v. 1.
- ASSIS, Machado. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Abril, 2010. (Clássicos Coleções v. 5).
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Fundação editora UNESP, 1999.
- COTRIM, Ana. *Literatura e realismo em Lukács: os efeitos da inflexão marxista em suas ideias estéticas*. Porto Alegre: Zouk, 2006.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Tradução Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis: impostura e realismo – uma reinterpretação de Dom Casmurro*. Tradução Fernando Py. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *A Ideologia Alemã*. Tradução Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LUKÁCS, Györg. *Marxismo e teoria da literatura*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis (1839-1870)*. Tradução Marco Aurélio de Moura Mato. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2000a.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000b.

Marcelo Burmann dos Santos

Mestre em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em Vitória, ES, Brasil; professor do ensino básico em Serra, ES, Brasil.

Endereço para correspondência

Marcelo Burmann dos Santos
Rua Santa Luzia, 20
Boa Vista II, 29161018
Serra, ES, Brasil

⁷ Etimologicamente, *Romualdo*, ainda que de origem germânica, encontra sua raiz no latim, *Romualdus*, denotando "rei glorioso". Tamerlão foi um rei turco-mongol, que conquistou os nômades da Ásia Central na baixa Idade Média.